



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

<b>Expeça - se</b>
<b>Publique - se</b>
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- 1 – As dificuldades económicas e financeiras que o país está a atravessar, levam a que haja um novo planeamento das prioridades de investimento do país ao nível dos transportes;
- 2 – Em fevereiro de 2009, pelas mãos do Governo socialista, foi encerrado o troço entre a Covilhã e a Guarda. Simultaneamente foi criado, pela CP, um serviço de transporte rodoviário alternativo com a finalidade de assegurar a ligação da cidade da Guarda à linha da Beira Baixa;
- 3 – Após o encerramento do serviço foi garantido, pelos governantes de então, que havia “um plano de modernização da sua infraestrutura que representou um investimento de cerca de 350 milhões de euros”;
- 4 – Sabe-se agora que, com mais constrangimentos financeiros e, com a assunção do memorando da Troika (assinado também pelo PS) Portugal ficou obrigado a cumprir o seguinte objetivo: “Adoptar um plano estratégico para: racionalizar as redes e melhorar as condições de mobilidade e de logística em Portugal; melhorar a eficiência energética e reduzir o impacto ambiental; reduzir os custos de transporte e garantir a sustentabilidade financeira das empresas; reforçar a concorrência no sector ferroviário e atrair mais tráfego; integrar os portos no sistema logístico e de transportes global, tornando-os mais competitivos.”;
- 5 – O mesmo memorando no seu ponto 5.23, IV, diz que temos que, “Realizar uma racionalização da rede e criar incentivos efectivos no sentido de o gestor da infra-estrutura reduzir os seus custos, sendo atribuída à entidade reguladora uma função de controlo;
- 6 – A realização de um Plano de Transporte compatível com o memorando, levou a que o mesmo contemplasse uma “Racionalização de segmentos de oferta com baixa procura em alguns serviços regionais da Linha do Norte, Beira Alta, Beira Baixa, Braga, Guimarães, Urbanos de Coimbra e serviços nocturnos”;

7 – Ainda assim, e após todas estas dificuldades, não se torna despiciente referir que a concretização deste troço é fundamental para a coesão e desenvolvimento regional.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Economia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – Qual é o volume percentual de concretização das obras de modernização?**

**2 – Existe um prazo previsto para o final das mesmas?**

**3 – Está de alguma forma a ser equacionado o final daquele serviço ferroviário, ou estamos apenas a assistir a um período de adaptação da linha e das composições a um serviço mais eficiente que continuará a servir os cidadãos daquela região?**

**4 – Tem o Ministério da Economia condições para nos adiantar qual será o prazo previsível de reposição dos serviços por via ferroviária?**

Palácio de São Bento, terça-feira, 28 de Janeiro de 2014

Deputado(a)s

PAULO ALMEIDA(CDS-PP)

RUI BARRETO(CDS-PP)

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)